



O GLOBAL E O LOCAL: HOMOFÓBIAS, DIVERSIDADE SEXUAL E RELIGIÃO NA BAIXADA FLUMINENSE

Marcelo Tavares Natividade¹
Lucas Ferreira Bilate²

Esta comunicação enfoca nexos entre construção da cidadania de pessoas LGBT e formas de desigualdades que incidem sobre essa população, problematizando diferentes visões de mundo nas definições de liberdade, violência, discriminação e tendo como pano de fundo tensões entre a universalização dos direitos humanos e a diversidade de comunidades morais no Brasil. Está inserida em uma preocupação ampla com a análise de respostas sociais ao reconhecimento dos direitos das pessoas LGBT, na região metropolitana do Rio de Janeiro, focalizando a Baixada Fluminense. Partindo da constatação de uma pluralidade de ações do Poder Público voltada para redução do preconceito e discriminação contra a diversidade sexual na sociedade brasileira (Natividade e Oliveira, 2009), o interesse é discutir formas locais de organização coletiva e apropriação desses discursos.

Desde os anos 1990, são estreitadas as relações entre movimento social e Poder Público no combate a epidemia de HIV/Aids (Fachinni, 2005). Nas décadas subsequentes, a inclusão de discussões sobre “orientação sexual” na agenda política dos direitos humanos em Convenções Internacionais - ao lado de questões de gênero, etnia e raça – acirra a importância do debate na cena pública. No Brasil, um marco é a instituição do *Programa Brasil sem homofobia*, lançado pelo Governo Federal em 2003, cujas reverberações locais – em termos de políticas e outras ações - em níveis municipal e estadual, demandam investigação. Temos verificado, partindo dos resultados de diferentes pesquisas - a interferência de instituições e valores religiosos na obtenção de direitos voltada aos LGBTs (Natividade e Lopes, 2009). Considerando tal aspecto, nosso atual interesse voltou-se para o contexto da Baixada Fluminense por dois motivos. Em primeiro lugar por ser uma área de extrema vitalidade religiosa, como evidenciam registros dos Diários Oficiais desta região (Fernandes, 1998): são criados 05 templos evangélicos por semana, para cada templo de religião de matriz africana. Em segundo lugar, por considerar a necessidade de conhecer as formas de vulnerabilidade que incidem sobre a diversidade sexual nesse contexto.

¹ Cientista Social, Doutor em Antropologia pelo PPGSA/IFCS/UFRJ, Pós-Doutor pelo PPGAS/MN/UFRJ, Professor Visitante da FSS/UERJ.

² Graduando em Ciências Sociais pelo IFCS/UFRJ, bolsista FAPERJ pelo PPGAS/MN/UFRJ.



Uma das frentes de trabalho foi a pesquisa sobre a aprovação e tramitação de Projetos de Lei voltados para a diversidade sexual em diferentes Câmaras Municipais.³ Os dados obtidos sugerem a impermeabilidade do Poder Legislativo às questões LGBT locais. Notamos a pouca expressividade de propostas que contemplem a população não heterossexual no processo legislativo. Identificamos apenas dois Projetos de Lei em Nova Iguaçu e um em Mesquita. No primeiro município, tais PLs, apesar de aprovados, tiveram veto do Poder Executivo. Já em Mesquita, foi aprovada uma lei que institui a semana da diversidade sexual.⁴ Verificamos um descompasso entre a aprovação de leis relativas a cidadania da população LGBT e a aprovação de algumas leis que realçam a importância da temática da religião e das instituições religiosas nesse contexto local. No município de Nova Iguaçu, por exemplo, o Dia de Combate a homofobia e a proibição da discriminação em estabelecimentos comerciais não se tornaram Leis Municipais, apesar de aprovados no processo legislativo, devido ao veto do Poder Executivo.⁵ Em contraste, verificamos a aprovação de cerca de 10 leis que possuem afinidades com interesses/ instituições religiosas, por exemplo, o reconhecimento de igrejas, grupos, associações evangélicas como “Utilidades Públicas”.⁶ Entrevistas evidenciaram a dificuldade de políticos locais apresentarem propostas voltadas para a população LGBT devido ao receio da perda de votos. Pelo mesmo motivo, apontam a dificuldade da obtenção de apoio político para realização de eventos que promovam a cidadania LGBT. Uma das formas de diálogo entre políticos e lideranças do movimento social foi referida em termos de “apoio velado”. Apesar da simpatia com reivindicações das minorias sexuais, alguns políticos concediam apoios financeiros a eventos LGBT, exigindo, contudo, que suas identidades não fossem reveladas devido ao reconhecimento de um poder difuso ancorado em valores religiosos que se confrontam com a difusão de um *ethos* de liberdade sexual e com a aceitação social da diversidade sexual. Lideranças do movimento social relataram a forte presença de vereadores vinculados a instituições religiosas evangélicas nas Câmaras Municipais da Baixada Fluminense, o que dificulta a aprovação de leis que beneficiem gays, lésbicas, travestis e transexuais.

³ Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo, São João de Meriti, Queimados e Duque de Caxias.

⁴ Lei 510 de 30 de dezembro de 2008, que institui no município de Mesquita a Semana da Diversidade Sexual.

⁵ PL 50/2008 que “cria o Dia Municipal de Luta contra a Homofobia e a Discriminação de Minorias Sexuais e dá outras providências” e PL 39/2006 que “estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminarem pessoas em virtude de sua orientação sexual e dá outras providências”.

⁶ Associação Projeto Semear (Lei 3838.2007); Igreja Evangélica Assembléia de Deus Ministério Restaurando Vidas em Cristo (Lei 3867.2007); Segunda Igreja Batista em Austin (Lei 3921.2008); Igreja Evangélica Assembléia de Deus – Ministério Pão da Vida (Lei 3924.2008); Igreja Pentecostal Amor de Deus (Lei 3925.2008); Instituto Pró-Viver Apascentar (Lei 3941.2008); Assembléia de Deus Central de Vila Iguaçuana (Lei 3805.2006); Frente Assistencial Missionária (Lei 3718.2005).



Controvérsias que ocuparam a esfera pública durante a pesquisa revelaram tensões entre poder religioso e lideranças locais LGBT. Destacamos a proibição da Parada Gay de Duque de Caxias, em 11/10/2009 - acontecimento que colocou em evidência as articulações entre Poder Público e valores religiosos. Tal fato foi percebido por diferentes segmentos sociais como relacionado à ação de “setores fundamentalistas e conservadores”. A mídia retratou o acontecimento como atitude de “preconceito” e “discriminação”, ligado a pressão de grupos católicos e evangélicos que rechaçavam tal manifestação coletiva em nome dos valores da “família” e da “religião”. Na seqüência dos eventos, novas negociações foram responsáveis pela definição de uma nova data para a realização da Parada de Caxias. Em meio aos debates que permearam esse arranjo, motivações e valores religiosos foram trazidos para justificar uma nova proibição ou a mudança de local do evento. Um representante do Poder Público sustentou que aconteciam “atos de atentado ao pudor” e por este motivo sugeria a mudança de local para uma área “menos residencial”. Este confronto na esfera pública sinaliza para dois aspectos. Em primeiro lugar, para o modo como a diversidade sexual é percebida nesse contexto, como sexualidade incontrolável, amoral e a-social, devendo ser relegada ao plano da invisibilidade. Em segundo lugar, sinaliza para jogos de força que evidenciam o papel que a religião exerce nessa disputa, enquanto instância reguladora da sexualidade, ancorada em moralidades que conectam sexo, gênero, reprodução e prazer. Ao repudiar expressões da diversidade sexual, alguns atores sociais operam com juízos de valor que colaboram para a construção de uma superioridade moral da heterossexualidade, legitimando a reprodução de lugares sociais desiguais. Notamos que a visibilidade da diversidade sexual na esfera pública, especialmente nesse contexto, enseja fortes reações religiosas, assinalando complexas relações de poder.

Outra frente de trabalho envolveu o monitoramento de algumas ações do Poder Público voltadas para a redução da homofobia em municípios da Baixada Fluminense. Acompanhamos a tentativa de implementação de políticas de saúde direcionadas para a população LGBT. A criação de um Grupo de Trabalho, no âmbito de uma Secretaria de Atenção Básica, objetivou adaptar diretrizes da área da Saúde, contempladas no *Programa Rio Sem Homofobia*, para demandas locais. Através da interlocução entre lideranças do movimento social e representantes do Poder Público, foram realizadas reuniões sistemáticas que apontaram prioridades locais, formuladas em 37 itens, dentre os quais se destacam: a saúde da população carcerária LGBT; a demanda por capacitações nos serviços de saúde contemplando o tema do respeito à diversidade sexual; o desenvolvimento de protocolos e prontuários visando a inclusão de “diversas composições familiares” (incluindo as gays



e lésbicas) em Programas de Saúde da Família; a garantia da internação das travestis e transexuais em ala hospitalar, de acordo com sua identidade de gênero; a criação de programas de saúde lésbica; a preocupação com denúncias de agressão e discriminação em um programa específico de segurança pública. Após essas reuniões, que culminaram na consolidação de um documento com as propostas da Área de Saúde para a população LGBT, as atividades do Grupo de Trabalho foram interrompidas. Com a suspensão de tais encontros, tivemos notícias da desarticulação da iniciativa. Informantes relataram as dificuldades de retomar o projeto, devido a mudanças estruturais na gestão administrativa da Secretaria de Saúde. Ainda que não fosse feita uma relação direta entre a dissolução do grupo de trabalho e a interferência religiosa, a nova gestão era percebida como “mais conservadora”. Foi mencionado que a nova configuração da Secretaria contava com uma maior participação de religiosos, especialmente evangélicos, incluindo a sua Coordenação. Tal fato era percebido como elemento que dificultava negociações para a continuidade da proposta de Saúde LGBT, que foi qualificada como um assunto “não prioritário” ao Município.

Durante a pesquisa acompanhamos a implantação de uma igreja de vertente protestante voltada para o público LGBT no município de Nova Iguaçu. Tal iniciativa compreende um amplo movimento de alternativas religiosas automeadas “igrejas inclusivas”, cuja teologia confronta aspectos da tradição cristã ao remover a homossexualidade do campo do pecado para situá-la no terreno das sexualidades legítimas, recorrendo a discursos naturalizantes e politizados sobre as hierarquias socialmente construídas entre homossexuais e heterossexuais (Natividade, 2008). Apesar da extrema pluralidade interna deste universo minoritário – em termos de doutrinas e cosmologias - o que une as iniciativas inclusivas é uma afinidade eletiva com os discursos que situam os direitos sexuais como direitos humanos – confrontando-se com perspectivas conservadoras que rechaçam mudanças sociais em curso na sociedade brasileira que promovem a valorização da diversidade sexual. Igrejas inclusivas vêm problematizando aspectos da inclusão e exclusão de gays e lésbicas pelas religiões cristãs e pela sociedade mais ampla. Deste modo, pareceu rentável acompanhar o modo como tais questões emergiam em um ambiente marcado pelo crescimento das adesões religiosas majoritariamente evangélicas, partindo da etnografia da criação de uma “igreja inclusiva” na cidade de Nova Iguaçu. A técnica da observação participante propiciou elucidar aspectos da micropolítica da vida cotidiana, tornando mais claros os modos como o poder religioso pode impactar a experiência e a vida privada de pessoas LGBT.

Em 2009, a Igreja Cristã Contemporânea, congregação “inclusiva”, localizada no Centro do Rio de Janeiro, criou dois novos templos, um em Campo Grande, outro no município de Nova



Iguaçu. Liderada por pastores gays e composta majoritariamente por pessoas LGBT, esteve em evidência na cena pública. No seminário “A Bíblia sem preconceitos”, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (16/07/09), lideranças da igreja estiveram presentes em um debate sobre “teologia inclusiva”. Em tal evento, apesar da falta de um consenso absoluto, lideranças foram interpeladas por alguns participantes que declararam reconhecer na homossexualidade – e na proposta de uma igreja voltada para gays e lésbicas – uma “heresia”. A intervenção de um membro de uma igreja pentecostal evidenciou os termos em que tal confronto se deu: ele recusava-se a nomear a liderança de tal igreja como “pastor”, atribuindo-lhe o rótulo de um “falso profeta” que manipulava passagens bíblicas com o intuito de arrastar almas para o inferno. A Igreja Cristã Contemporânea espalhou pela cidade cerca de 30 outdoors que anunciavam a sua proposta através da frase provocatória: “Homossexualidade: a Bíblia não condena”. Estes foram posicionados em pontos estratégicos: em frente à Central do Brasil – ponto de alta frequência de carros e transeuntes – e em áreas de forte comércio e trânsito no Rio de Janeiro, além de municípios da Baixada. Em resposta à visibilidade que a igreja alcançou em decorrência da exposição destes outdoors, uma série de emails e mensagens foi direcionada ao endereço virtual das lideranças através do link “fale com o pastor”. Em termos de seus conteúdos, tal material incluía xingamentos e insultos verbais, reportando a reprodução de estigmas que expressam uma opinião bastante negativa sobre a diversidade sexual. Convém destacar que o insulto pode ser entendido aqui como um tipo de relação de poder que opera por meio da construção de estereótipos que legitimam e reproduzem uma dada ordem moral, além da hierarquia entre grupos sociais (Guimarães, 2006). É todo ato, observação e gesto que exprime opinião negativa sobre uma pessoa ou grupo, constituindo instrumentos de humilhação que demarcam uma distância social entre insultante (moralmente superior) e insultado (moralmente inferior), legitimando o monopólio de posições e prestígio social. Eribon (2008) acrescenta que insultos constituem uma forma de injúria, interpelação cuja eficácia está em seu poder de sujeição, operando com uma linguagem que exprime hierarquias sociais e submete indivíduos a uma autoridade superior que atribui ao sujeito um lugar desvalorizado. Deste modo, alguns emails recebidos pelas lideranças dessa igreja sugerem a existência de uma complexa relação entre códigos religiosos e insultos verbais. Ao mesmo tempo em que se endossa que tal iniciativa religiosa “suja o nome das igrejas evangélicas”, informam que “efeminados” e “sodomitas”, “não herdarão o reino dos céus”. A mensagem propagada situa a homossexualidade no campo da monstruosidade (Foucault, 2002: 79), atribuindo-lhe o caráter de posição limite, um misto de dois sexos, transgressão da Lei de Deus e das leis da sociedade. Esse aspecto se realça na



recorrência com que se afirma que homossexuais não são "nem homem", "nem mulher". Outra representação presente é a do 'anormal', um indivíduo a ser corrigido - personagem que demanda intervenções específicas sobre si - posicionado no centro de um aparato de correção. Alguns emails recomendam "arrependimento", "conversão" e um "encontro com Deus" como forma de reparação. A instrução pastoral exorta ao exorcismo, cuja autoridade para "libertação" de "legiões de demônios" (uma das supostas causas da homossexualidade) é atribuída a qualquer indivíduo crente, que teve derramado sobre si o Poder de Deus para "anular" e "repreender" qualquer ação do maligno. Homossexuais, então, devem se sujeitar ao exorcismo de modo a obter a "libertação" deste 'mal'. Em algumas mensagens, o discurso cosmológico imbrica-se às explicações psicologizantes da origem da homossexualidade, que estaria nas constelações familiares, em traumas de infância oriundos de violação sexual pelos genitores. O sexo homossexual ("anormal") é assim a causa de vários males, desencadeando doenças e disfunções corporais devido a um uso antinatural do corpo. Ressalta-se também a dimensão da pureza e impureza, destacando o caráter intrinsecamente sujo do sexo homossexual.

O "casamento" de dois homens gays, lideranças da igreja, em novembro de 2009, ocasionou fortes reações religiosas. O evento realizado no feriado de Zumbi dos Palmares, no Rio de Janeiro, foi o foco de reportagens laicas e de teor religioso. Matérias divulgadas em sites LGBT como A Capa, Mix Brasil e Portal G destacaram que tal acontecimento era investido de um sentido político: realizado nesta data histórica, endossava a luta de homens e mulheres pelo respeito à orientação sexual e identidade religiosa, representando um discurso de "engajamento" e "resistência" ante o preconceito e intolerância. O Jornal Extra (11/2009) noticiou "o primeiro casamento" de pastores evangélicos homossexuais do país. A visibilidade na mídia se deu ainda por programas televisivos e de rádio que colocaram o assunto em debate ao entrevistar tais lideranças (Programa Manhã Maior, RedeTV, 11/11/2009). Em resposta, sites de conteúdo religioso publicaram textos, ensaios, notícias que se referiram ao "casamento" como "afrenta" [à fé cristã] e "final dos tempos". Alinhando-se a esta perspectiva, um programa radiofônico na Rádio Melodia FM discutiu o tema "união homoafetiva". Estiveram presentes no debate lideranças da Assembléia de Deus e da Igreja Batista, além de representante da "Marcha Pela Família" e da referida igreja inclusiva, cuja legitimidade como "seguidora da fé cristã" foi questionada. A criação de um templo da Igreja Cristã Contemporânea na Baixada Fluminense foi noticiada pela mídia local, conforme anunciou uma chamada do jornal *O Dia Baixada*: "Homossexuais criam igreja especial em Nova Iguaçu" (*O Dia*, Baixada, 02/08/2009). Nesta reportagem, destacou-se que a igreja "causava" polêmica e dissensos



de opinião, sendo vista por uns como “descaracterização da Palavra de Deus” (pastor da Assembléia de Deus) e por outros, como “grande contribuição ao combate à homofobia” (militante homossexual, ex-seminarista e atualmente budista). Contudo, a implementação da Igreja Cristã Contemporânea na cidade de Nova Iguaçu não ocorreu sem tensões. Circularam boatos sobre dificuldades de locação de um imóvel pela igreja. Em conversas informais mencionou-se a pressão que grupos cristãos exerciam para impedir a locação ao contatar lojistas e solicitar que os mesmos não apoiassem a “chegada de Satã à Nova Iguaçu”. A satanização da igreja foi imbricada à demonização da homossexualidade de seus membros. Tivemos notícias sobre comentários proferidos em púlpitos de inúmeras igrejas e ministérios pentecostais que alertavam jovens e membros de suas igrejas para que não se deixassem ‘enganar’ por tal iniciativa religiosa, conduzida por “falsos profetas”, cujo verdadeiro intento era erigir um ministério demoníaco. Deste modo, foram realçados aspectos da intolerância religiosa de grupos pentecostais contra grupos inclusivos. Para além desta dimensão, acompanhamos algumas cenas reveladoras de outras tensões e conflitos locais, como a ocorrência de uma agressão física a dois jovens gays, nas imediações da igreja. Primeiramente vítimas de intimidação verbal por 03 homens, tal fato culminara em agressão física, registrada em Boletim de Ocorrência em delegacia local. O evento assinalou como nesse contexto a aversão a expressões da diversidade sexual ultrapassa limites da religião, apontando a composição de um quadro mais complexo das percepções negativas da homossexualidade.

Bibliografia

- ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- FACHINI, Regina. **Sopa de letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FERNANDES, Rubem César et al. **Novo Nascimento: Os evangélicos em casa, na igreja e na política**. Rio de Janeiro: RJ, Mauad, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- NATIVIDADE, Marcelo. **Deus me aceita como eu sou? A disputa sobre o significado da homossexualidade entre evangélicos no Brasil**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGSA/IFCS/UF RJ, 2008.



NATIVIDADE, Marcelo Tavares e OLIVEIRA, Leandro de. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. **Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana**. n. 2. Rio de Janeiro: CLAM, 2009.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares e LOPES, Paulo Victor L. Lopes. Os direitos GLBT e as respostas religiosas: da parceria civil à criminalização da homofobia. In: Duarte et al. **Valores religiosos e Legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.